



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE SORRISO
Rua Canoas, Centro, nº 641, CEP: 78.896-900
Fone: (66) 3545-8400

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Sorriso do Estado de Mato Grosso.

Faz saber a quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem e possam interessar, com fulcro nos arts. 879 ao 903 do Novo CPC (Lei nº 13.105/15), Provimentos nº 25/2011 e 24/2012 do Conselho da Magistratura do Estado de Mato Grosso Artigos 216 e seguintes, Seção XX do Código de Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso e Resolução nº 236/2016, CNJ, que os Leiloeiros nomeados **CIRLEI FREITAS BALBINO DA SILVA**, Leiloeira Oficial, devidamente inscrita na JUCEMAT sob o nº. 22, em conjunto com o Leiloeiro Rural e Oficial **JOABE BALBINO DA SILVA**, devidamente inscrito na FAMATO sob o nº. 067/2013 e na JUCEMAT sob o nº. 29 e com o Leiloeiro Rural e Oficial **LUIZ BALBINO DA SILVA**, devidamente inscrito na FAMATO sob o nº. 066/2013 e na JUCEMAT sob o nº. 42, no átrio do Fórum local e através da plataforma eletrônica www.balbinoleiloes.com.br, homologada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, levará a público a venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras a seguir:

PROCESSO Nº. 1011998-73.2022.8.11.0040

CLASSE: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL

EXEQUENTE(S): TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS VIII S.A. - CNPJ: 36.699.663/0001-93

EXECUTADO(S): ESPÓLIO DE CLORINDA BULIANI POSSOBON - CPF: 840.799.679-34 e ESPÓLIO DE PEDRO POSSOBON - CPF: 330.953.889-34

INTERESSADOS: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNPJ: 33.582.750/0001-78, BANCO SISTEMA S.A - CNPJ: 76.543.115/0001-94, AGROPECUÁRIA POSSOBON & BULIANI LTDA - CNPJ: 49.839.083/0001-04 e RONEI MAGGIONI - CPF: 013.859.591-77

DATAS: 1º Leilão terá início no dia **14 de abril de 2025, às 13:00 horas, e encerramento no dia 17 de abril de 2025, às 13:00 horas**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, com encerramento no dia **30 de abril de 2025, às 16:00 horas**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da avaliação atualizada, exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais ao fechamento do leilão, serão acrescidos 03 minutos a partir do horário do recebimento do último lance ofertado para o término do leilão. Deverá ser considerado o horário oficial do Mato Grosso.

LOCAL: O leilão será realizado presencialmente no átrio do Fórum local e através da plataforma eletrônica www.balbinoleiloes.com.br.

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$ 4.663.545,71 (quatro milhões seiscentos e sessenta e três mil quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos) – setembro/2024.

- 1. DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):** Imóvel rural denominado Fazenda São José - Parcela 2, parte da Gleba Maddox, situado no Município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, com área de 163,4231 ha (cento e sessenta e três hectares, quarenta e dois ares e trinta e um centiares) e os seguintes limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice NOOD-M-0812, Longitude: -55°17'22,631" Latitude: -13°25'08,142" e Altitude: 461,31 m; deste, segue confrontando com a Fazenda Perola, matrícula 2619 (CNS: 06.4279), no azimute 134°32' e distância de 881,08 m até o vértice BM8-M-0869, Longitude: -55°17'01,754", Latitude: 13°25'28,248" e Altitude: 457,331 m; deste, segue confrontando com a Fazenda Rincão, matrícula 30477 (CNS: 06.427-9), azimute 225°13' e distância 576,21 m até o vértice ATO-M-0177, Longitude: -55°17'15,350", Latitude: -13°25'41,453"* Altitude: 468,022 m; deste, segue confrontando com a Fazenda Santa Rosa I, matrícula 738 (CNS: 06.427-9), no azimute 224°50' e distância 711,33 m até o vértice NOOD-M-0801, Longitude: -55°17'32,023", Latitude: -13°25'57,864" e Altitudes 428,47 m; no azimute 226°18' e distância 167,66 m até o vértice NOOD-M-0802, Longitude: -55°17'36,053", Latitude: 13°26'01,632* e Altitude: 429,86 m; deste, segue confrontando com a Fazenda Santa Rosa II, matrícula 3309 (CNS: 06.427-9) no azimute 315°05' e distância 1.256,61 m até o vértice NOOD-M-0800, Longitude: -55°18'05,543", Latitude: -13°25'32,676" Altitude: 459,29 m; deste, segue confrontando com a Estrada Municipal, no azimute 52°05' e distância 164,83 m até o vértice NOOD-P-3014, Longitude: -55°18'01,220", Latitude: -13°25'29,381" e Altitude: 460,60 m; no azimute 46°25' e distância 143,78 m até o vértice NOOD-P-3012, Longitude: -55°17'57,758*, Latitude: -13°25'26,156" e Altitude 460,39 m; no azimute 46°36' e distância 70,18 m até o vértice NOOD-P-3009, Longitude: -55°17'56,063", Latitude -13°25'24,587' e Altitude: 460,40 m; no azimute 56°46' e distância 50,93 m até o vértice NOOD-P-3008, Longitude: -55°17'54,647", Latitude: -13°25'23,679" e Altitude: 460,36 m; no azimute 59°45' e distância 275,61 m até o vértice NOOD-P-3006, Longitude: -55°17,46,733", Latitude: 13°25'19,162" e Altitude:460,06 m; no azimute 60°08' e distância 529,75 m até o vértice NOOD-P-3003, Longitude 55°17'31,463", Latitude -13°25'10,185" e Altitude 460,68 m; no azimute 72°49' e distância 24,25 m até o vértice NOOD-P-3001, Longitude: -55°17'29,902", Latitude: -13°25'09,952" e Altitude 460,06 m; no azimute 75°48' e distância 180,27 m até o vértice NOOD-P-3004, Longitude: -55°17'24,093", Latitude -13°25'08,514" e Altitude: 461,35 m; no azimute 75°25' e distância 45,45 m até o vértice NOOD-M-0812, ponto inicial da descrição deste imóvel. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e distâncias foram calculadas pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

OBSERVAÇÃO 01: Atualmente encontra-se em sua totalidade com área aberta, não possuindo construções/edificações, com área mecanizada e 100% produtiva, em terreno plano levemente inclinado, sendo utilizada na produção de grãos exemplo cultura de soja e milho.

OBSERVAÇÃO 02: A TRAVESSIA, ora exequente, é a atual titular do crédito hipotecário anteriormente pertencente ao BANCO DO BRASIL (averbada na AV-1 da Matrícula, correspondendo aos registros R-9 e R-10 da antiga Matrícula 1.623), conforme cessão realizada em 2021 e devidamente homologada no juízo da Execução. Diante disso, as hipotecas estão sob titularidade da TRAVESSIA, não mais do BANCO DO BRASIL.

AVALIAÇÃO: R\$ 15.146.968,07 (quinze milhões cento e quarenta e seis mil e novecentos e sessenta e oito reais e sete centavos) – junho/2023.

LANCE MÍNIMO 2ª PRAÇA: R\$ 7.573.484,04 (sete milhões quinhentos e setenta e três mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos).

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): O imóvel encontra-se localizado em entrada a direita do quilômetro 44 da Rodovia MT-140, no sentido município de Sorriso/MT ao Distrito de Boa Esperança do Norte, com acesso através de rodovia asfaltada em bom estado, estando há cerca de 10 quilômetros do perímetro urbano do Distrito de Boa Esperança do Norte próximo e 55 quilômetros do Distrito de Caravaggio, próxima a armazéns de empresas multinacionais de fácil escoação da produção agropecuária.

Matrícula Imobiliária nº		72.325 - Cartório de Registro de Imóveis de Sorriso- MT		
INCRA		901.032.132.349-7		
Ônus				
Averbação/ Registro	Data	Ato	Processo	Beneficiário
AV-1	23/03/2022	HIPOTECA	-	BANCO DO BRASIL S.A
AV-1	23/03/2022	HIPOTECA	-	BANCO DO BRASIL S.A
AV-1	23/03/2022	PENHORA	0001053-55.2017.5.23.0066	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
R-6	17/03/2023	PENHORA	0000015-42.1996.8.16.0113	BANCO SISTEMA S.A

PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense (art. 900 do CPC). Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, com mesmas condições de 2ª Praça.

CONDIÇÕES DE LANCES E PROPOSTAS: Caso não haja lance para pagamento à vista nas praças realizadas, serão admitidas propostas de arrematação parcelada, exclusivamente por meio do sítio www.balbinoleiloes.com.br (nos termos do Art. 22, parágrafo único, da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para efetivação, será necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses. O saldo devedor sofrerá correção mensal pelo índice do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Ampla, e será garantida por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta, todas serão destinadas a apreciação do MM. Juízo da causa, prevalecendo a de maior valor, ou melhores condições (artigo 891, parágrafo único; e artigo 895, §§ 1º ao 8º, todos do CPC). O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta aos leiloeiros: I) Até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação. II) Até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, sendo entrada de, no mínimo, 25%, podendo ser em porcentagem superior, de acordo com o ajustado com o leiloeiro, a ser comprovada em dois dias úteis e vencendo-se a primeira das demais parcelas em 30 dias após o respectivo leilão, corrigidas pela Taxa poupança, a serem depositadas mediante guia própria e de forma vinculada à execução. A arrematação será subordinada à cláusula resolutiva expressa, constando da carta, de forma que será resolvida no caso de inadimplemento de qualquer das parcelas, restabelecendo-se a propriedade do executado ou terceiro garantidor. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, como indenização pelo retardamento da execução.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial (<https://siscondj-dj.tjmt.jus.br/portalsiscondj/pages/guia/publica/>), respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida, com as parcelas vincendas (895, § 4º, do CPC). Ainda, se o exequente arrematar o bem, e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa deste (artigo 892, §1º, CPC).

VISITAÇÃO: Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009).

PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente, e em igualdade de oferta, terão preferência na aquisição dos bens, o devedor ou seu cônjuge, o companheiro, o descendente ou o ascendente do executado, e os coproprietários (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 – CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão do Leiloeiro será a este devida.

QUOTA-PARTE: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

INADIMPLEMENTO: Caso não efetuado no prazo estipulado, o depósito da oferta e/ou o

pagamento da comissão do leiloeiro, este comunicará o MM. Juízo responsável, que apreciará os lances imediatamente anteriores, ora sem prejuízo da aplicação de sanção prevista no art. 897 do CPC, ao arrematante remisso. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação, ou promover em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução, em que se deu a arrematação. (Art. 895, §5º do CPC).

DESISTÊNCIA: Inexistindo prévio motivo para desistência do arrematante, poderá ser configurado fraude em leilão. Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente (art. 186 e 927, do Código Civil, e art. 358 do Código Penal), ficando ainda obrigado a pagar a título de multa, o valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, em favor do leiloeiro, sem prejuízo a demais sanções aplicadas pelo MM. Juízo da causa. Poderá ainda, o leiloeiro emitir título de crédito, para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito.

CANCELAMENTO DO LEILÃO: I – Caso haja adjudicação, será devido ao Leiloeiro Oficial, o importe de 1% (um por cento) sobre o valor da avaliação do bem adjudicado, a ser pago pelo adjudicante; II – Havendo remição ou acordo, antes da realização do leilão, será devido ao Leiloeiro Oficial, o importe de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte que remiu ou que postulou o acordo; III – Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º § 3 da Resolução 236/2016, a ser arcado pelo executado remidor. Os percentuais/valores acima, serão pagos a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, valores esses a serem pagos pela parte executada. Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

DESPESAS: Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados, correrão por conta do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

LANCES: Havendo lances nos 03 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil).

VENDA EM CARÁTER “AD CORPUS”: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

DÉBITOS: O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência, conforme art. 908, parágrafo 1º, do CPC.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediador, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios, defeitos ocultos ou não no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações troca, consertos, conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o 2º leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Através do e-mail: contato@balbinoleiloes.com.br, ou telefones, Fixo e Whatsapp: (11) 3181-6102.

A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (Art. 889, parágrafo único, do CPC). Dos autos não constam recursos ou causas pendentes de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

CONDIÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pelo Leiloeiro Oficial para qualquer tipo de informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro Oficial, serão de responsabilidade unicamente do próprio licitante.

INTIMAÇÃO: Fica, desde logo, intimado os executados: **ESPÓLIO DE CLORINDA BULIANI POSSOBON - CPF: 840.799.679-34 e ESPÓLIO DE PEDRO POSSOBON - CPF: 330.953.889-34**, credores: **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNPJ: 33.582.750/0001-78 e BANCO SISTEMA S.A - CNPJ: 76.543.115/0001-94**, terceiros interessados: **AGROPECUÁRIA POSSOBON & BULIANI LTDA - CNPJ: 49.839.083/0001-04 e e RONEI MAGGIONI - CPF: 013.859.591-77**, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. O Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Publicado e afixado no local de costume, na sede do Órgão, bem como no sítio eletrônico: www.balbinoleiloes.com.br.

Sorriso/MT, 26 de março de 2025.

Dra. PAULA SAIDE BIAGI MESSEN MUSSI CASAGRANDE
JUIZA DE DIREITO